

# O PAPEL DO ESTADOS E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA CONSTRUÇÃO DE CADEIAS CURTAS AGROALIMENTARES NO BRASIL

*The role of the State and public policy for construction of food supply chains in Brazil*

*Marcio Gazolla*

# O PAPEL DO ESTADO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA CONSTRUÇÃO DE CADEIAS CURTAS AGROALIMENTARES NO BRASIL

*The role of the State and public policy for construction of food short supply  
chains in Brazil*

*Marcio Gazolla*

**Resumo:** O objetivo do trabalho é analisar os desafios e perspectivas para a construção social de cadeias curtas agroalimentares no Brasil, no sentido de compreender os papéis que caberiam as políticas públicas e ao Estado neste tema, mas também refletir as ações dos atores sociais engajados no planejamento rural e regional destes circuitos curtos de produção-consumo. A metodologia de pesquisa consistiu no uso de dados quantitativos e qualitativos. Foram aplicadas entrevistas semiestruturadas em experiências de cadeias curtas (quatorze) e com gestores e formuladores de políticas públicas (dezesesseis), no Brasil e na Itália, no ano de 2011. Os resultados apontam que o Estado brasileiro deveria incorporar em sua agenda a discussão das cadeias curtas, atualmente inexistente e, dentro disso, apoiar as iniciativas em várias frentes. Do lado dos atores sociais, caberiam alguns papéis estruturantes nestes mercados locais, agindo em forma de redes sociais de participação e cooperação com outros atores.

**Palavras-chave:** cadeias curtas agroalimentares; mercados; políticas públicas; desenvolvimento rural e regional.

**Abstract:** The objective of this paper is to analyze the challenges and perspectives for the social construction of short food supply in Brazil, in order to understand the roles that public and state policies would play in this theme, but also to reflect the actions of social actors engaged in rural and regional planning of these short production-consumption circuits. The research methodology consisted of the use of quantitative and qualitative data. Semi-structured interviews were conducted in short chain experiences (fourteen) and with managers and policy makers (sixteen) in Brazil and Italy, in 2011. The results indicate that the Brazilian State should incorporate in its agenda the discussion of short chains, currently nonexistent and, within that, support initiatives on several fronts. On the social actors side, some structuring roles would fit into these local markets, acting in the form of social networks of participation and cooperation with other actors.

**Key-words:** short food supply; markets; public polices; regional and rural development.

## INTRODUÇÃO

Os sistemas alimentares evoluíram diferenciando-se ao longo da história da humanidade. De modo geral, em um primeiro momento a circulação dos alimentos era realizado em escala local, em que os camponeses abasteciam as pequenas vilas, povoados e castelos. Com o crescimento populacional das cidades, a entrada das mulheres nos mercados de trabalho e o aumento da produtividade da agricultura modernizada, entraram em cena vários intermediários nas cadeias de distribuição. São exemplos disso, o surgimento das indústrias alimentares, atacados, redes de varejo, intermediários, especuladores, entre outros atores. Num primeiro momento, isto foi visto com bons olhos, pois estes grandes aglomerados urbanos precisam abastecer um grande número de pessoas, de forma ágil e sem problemas de logística (PRETTY et al, 2005; PLOEG, 2008; McMICHEL, 2009).

Com o passar do tempo, os problemas deste sistema alimentar concentrado e funcionando pelas cadeias longas de abastecimento começaram a surgir, dentre eles a industrialização excessiva dos alimentos, instabilidade dos preços, alimentos sem identidade e origem e com qualidades duvidosas (são exemplos recentes a adição de soda cáustica ao leite e a operação carne fraca). Além disso, estes alimentos não nutrem adequadamente as pessoas e geram enfermidades, que são chamadas de doenças alimentares não transmissíveis: obesidade, diabetes tipo 2, hipertensão, hipercolesterolemia, além da multiplicação de ocorrências de alergias e intolerâncias alimentares. Por fim, não devem ser esquecidos os impactos sobre o meio ambiente, pois a produção de alimentos/agricultura é responsável pela geração de em torno de 70% dos gases de efeito estufa (LANG; HEASMAN, 2004; SAGE, 2013).

Em função destas contradições descritas brevemente a cima, dentre outras existentes, a partir dos anos 1990 intensificam-se as críticas a estes sistemas alimentares. Começam a surgir estudos mundiais sobre iniciativas ‘alternativas’ aos mesmos, sendo que um conjunto destas discussões versa sobre as possibilidades de abastecimento a partir de cadeias curtas e redes agroalimentares. Essas discussões e pesquisas se tornam proeminentes no início deste século, especialmente na Europa. Grosso modo, as cadeias curtas são mercados alimentares que visam aproximar socialmente e espacialmente os consumidores dos agricultores sob novos valores sociais e de qualificação alimentar, em que o território (lugar), processos de produção e os alimentos estão interconectados nos sistemas alimentares, redefinindo uma ‘nova geografia alimentar’ e formas de interações sociais entre atores em cadeias de valor e redes (MARSDEN; BANKS; BRISTOW, 2000; RENTING; MARSDEN; BANKS, 2003; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017).

Neste sentido, o objetivo do trabalho é analisar os desafios e perspectivas para a construção social de cadeias curtas agroalimentares no Brasil, no sentido de compreender os papéis que caberiam as políticas públicas e ao Estado neste tema, mas também refletir as ações dos atores sociais, engajados no planejamento rural e regional destes circuitos curtos de produção-consumo.

Para tal, o texto está dividido em quatro partes, além desta introdução e considerações finais. Na primeira, elenca-se brevemente a metodologia da pesquisa. Na segunda, aborda-se a problemática que envolve os sistemas alimentares ‘modernos’. Na terceira, revisam-se as noções principais sobre cadeias curtas e redes alimentares alternativas. Na quarta seção, reflete-se o caso

do Brasil, em termos de analisar os desafios para o Estado e os atores para a construção social e planejamento destes mercados de proximidade social e espacial.

## 2. METODOLOGIA DE CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

A metodologia do trabalho consistiu em aportes quantitativos e qualitativos, utilizando-se de dados primários e secundários. A parte quantitativa e com dados secundários consistiu na busca e uso de dados quantificáveis em estudos, pesquisas, sítios eletrônicos, agências de estatísticas oficiais (por exemplo, o IBGE), de programas do Estado e com atores sociais que eram gestores das políticas públicas que destinam apoios a criação de cadeias curtas, tanto no Brasil como na Europa<sup>1</sup>.

A parte qualitativa e com dados primários, consistiu no uso de vários instrumentos, dentre os principais a entrevista semiestruturada, observação participante e o diário de campo. As entrevistas foram realizadas no Brasil e na Europa (Itália). Foram pesquisadas sete (7,0) experiências brasileiras e sete (7,0) europeias que possuíam como lógica principal a construção de cadeias curtas agroalimentares, conforme Quadro 1. As entrevistas foram aplicadas no ano de 2011. A observação participante e o diário de campo foram usados neste mesmo momento da aplicação das entrevistas como apoio secundário as entrevistas. Em função disso, vários argumentos, ideias e comparações trazidos no texto, cita-se autores europeus e são baseadas na pesquisa e na realidade encontrada naquele contexto<sup>2</sup>.

Quadro 1 – Regiões, origem e experiências pesquisadas no Brasil e Itália

Origem (ano)	Brasil (RS)	Origem (ano)	Itália (Toscana)
1986	Prevedello	1990	Azienda Lischeto
2001	Cooperativa Biorga	1987	Azienda Floriddia
1994	Strack Alimentos Naturais	2009	Cooperativa Orto & Co Frutta
1973	Gehen	2000	Caseificio Pedrazzi Giampaolo
2002	Ludke	1990	Azienda Fonte di Foiano
2009	Jotti	2005	Azienda La Stalletta
2002	Zonta	1965	Azienda Dr. Pescia

Fonte: Pesquisa de campo (2011); Sites das propriedades rurais: <http://www.fontedifoiano.it/> (2015) e <http://www.dottorpescia.com/> (2016).

<sup>1</sup> Os dados estatísticos secundários brasileiros são oriundos do IBGE, de outras pesquisas já realizadas sobre agroindústrias no Brasil e na região investigada, além de referências bibliográficas sobre o tema das agroindústrias. No caso italiano, os dados foram obtidos do *Istituto Nazionale di Economia Agraria* (INEA), da *Regione Toscana*, sites institucionais do governo italiano e regional da Toscana, sites das propriedades rurais e das referências sobre o tema na Itália.

<sup>2</sup> A amostra da pesquisa foi definida de forma intencional e dirigida, no sentido de que fossem incluídas iniciativas de diferentes cadeias produtivas, situações em relação ao ambiente institucional (legislações alimentares), acessos a diferentes mercados e canais comerciais, além de participarem de várias políticas públicas e ações institucionais. A ideia que permeou a amostragem foi de abarcar o maior número possível de iniciativas diversificadas, heterogêneas, mas acima de tudo, possuir uma amostra representativa da realidade dos dois países.

Além disso, a pesquisa nas duas regiões, buscou compreender os papéis que o Estado e as políticas e programas públicos possuíam em termos de apoios diversos que destinavam as iniciativas de construção de circuitos curtos. Assim, aplicaram-se mais dezesseis (16) entrevistas nas duas regiões com *policy makers* e gestores de políticas públicas que possuíam foco nas cadeias curtas, seja na esfera da produção, comercialização, circulação/logística ou abastecimento de alimentos<sup>3</sup>.

Quadro 2: Indicadores metodológicos trabalhados no texto

Cadeias curtas agroalimentares (CCAs)	Ações e políticas do Estado nacional no fomento as CCAs
	Papéis que o Estado e suas políticas públicas poderiam fazer para apoiar as CCAs
	Ações que os atores sociais (consumidores e agricultores especialmente) podem desenvolver para potencializar as CCAs

Fonte: Elaboração do autor (2019).

A lógica da construção dos argumentos e ideias no texto foi, por um lado, refletir sobre a situação atual das cadeias curtas no Brasil, em termos de apoios que o Estado nacional e seus programas têm destinado a este tema e o que poderia ser feito e não se está realizando (conforme os indicadores da pesquisa contidos na Quadro 2). Além disso, o texto problematiza o que os atores sociais poderiam fazer para *scale up* e fortalecimento das cadeias curtas de abastecimento, já que este tipo de iniciativa, não depende somente da agência pública, mas também, da cooperação dos atores<sup>4</sup>.

### 3. CARACTERÍSTICAS E CONTRADIÇÕES DO ‘MODERNO’ SISTEMA (AGRO)ALIMENTAR

O ‘moderno’ sistema agroalimentar pode ser definido como o encadeamento de atividades sociais e tecnológicas existentes, desde a produção das matérias primas, passando por vários atores e pontos de passagem dos alimentos (intermediários, indústrias processadoras, cooperativas, atacados, varejistas), até os consumidores finais. Vale a pena destacar o papel do Estado, regulando as relações econômicas e sociais entre diferentes atores, embora, autores têm afirmado, em nível internacional, que há perda de poder regulativo dos Estados nacionais frente ao poder corporativo privado global (McMICHEL, 2009).

<sup>3</sup> Tanto no Brasil como na Itália foram aplicadas entrevistas com agentes de desenvolvimento rural, instituições reguladoras de alimentos, agentes do Estado, operacionalizadores de políticas públicas em diferentes níveis administrativos e territoriais. Estas entrevistas foram gravadas e degavadas (transcritas literalmente) e usado à técnica de análise de conteúdo para avaliar a dinâmica dos indicadores e variáveis contidos nas mesmas. Embora não se utilizou citações diretas de trechos das entrevistas no texto, a partir delas foram construídos os argumentos e a análise desenvolvida.

<sup>4</sup> Para maior conhecimento dos procedimentos metodológicos de investigação desta pesquisa, consultar o artigo de Gazolla, Schneider e Brunori (2018) e o livro de Gazolla e Schneider. Cadeias curtas e redes a agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar. Porto Alegre: UFRGS, 2017, 520p.

Este aspecto final ressaltado está vinculado à modernização tecnológica da agricultura e a estruturação de um processo de desenvolvimento concentrado de coordenação agroindustrial, em que poucos e grandes atores, possuem em suas mãos a governança dos mercados alimentares globais. Neste sentido, o ambiente institucional e sua competitividade em relação aos grandes agentes econômicos, tem levado a oligopolização dos mercados (agro)alimentares, processo que a literatura internacional tem associado à consolidação de impérios alimentares (PLOEG, 2008).

Associado a esta característica mencionada, elenca-se a insustentabilidade ambiental das práticas de produção, distribuição e consumo de produtos alimentares (MARSDEN, 2009). Estas, de maneira geral, preconizam a produção associada a práticas degradantes dos recursos naturais, uso excessivo de agrotóxicos nos alimentos e uma produção especializada, ligada a monoculturas (pouca diversidade de espécies), com alta carga de insumos químicos, que elevam os custos de produção, quase inviabilizando economicamente muitos agricultores e encarecendo a alimentação aos consumidores finais (PORTILHO, 2011).

Na distribuição dos alimentos há predomínio das cadeias longas, que estão associadas a altos custos econômicos (grandes deslocamentos espaciais, necessidade de diferentes modais de transporte, estruturas e investimentos em logística) e ambientais (elevado consumo de combustíveis fósseis) (PRETTY et al, 2005). Na esfera do consumo, há também a necessidade de se repensar as estratégias, pois na atualidade a grande maioria dos consumidores urbanos aprovisiona-se em supermercados ou grandes redes varejistas, consomem alimentos excessivamente processados por grandes indústrias agroalimentares, não conhecem a origem dos mesmos, sendo definidos como alimentos que desconectam a produção do consumo final (MARSDEN, 2000; 2009).

Os consumidores estão submetidos a um sistema de distribuição e consumo agroalimentar, que prioriza alimentos produzidos em massa e padronizados, que em alguns casos são prejudiciais à saúde (são causadores de doenças crônicas não transmissíveis). Além disso, estes sistemas agroalimentares não têm conseguido garantir a inocuidade e segurança dos produtos para os consumidores, por exemplo, como têm ocorrido nos episódios na Europa com o “mal da vaca louca”, alimentos com dioxinas e escândalos com Salmoneloses (KNOWLES; MOODY; McEACHERN, 2007). Ou, mesmo no Brasil, nos vários incidentes recentes com o leite contaminado e a operação ‘carne fraca’.

Estas implicações sociais, econômicas e ambientais do regime sociotécnico dominante de produção de alimentos têm pautado discussões sobre a necessidade de novas práticas agroalimentares no sistema agroalimentar (WISKERKE; PLOEG, 2004). Neste sentido, uma primeira questão que tem sido debatida é a revisão dos padrões de produção e consumo das sociedades, especialmente os países desenvolvidos, que são mais predatórios dos recursos do planeta e grandes emissores de gases de efeito estufa. Uma segunda proposição é a relativa à necessidade de inserção das pessoas como atores sociais ativos na construção de novas práticas agroalimentares, nos dois lados da “equação (agro)alimentar”; tanto do lado da produção (agricultores e suas organizações sociais) como do consumo (especialmente os consumidores urbanos), passando pelo papel do Estado como disciplinador e regulador destas práticas (TRICHES; SCHNEIDER, 2010).

Estas contradições nas formas de coordenação e regulação do sistema agroalimentar, expõem fissuras nele próprio e gera atores sociais que constroem redes e sistemas agroalimentares alternativos aos padrões hegemônicos estabelecidos (GOODMANN, 2003; RENTING; MARSDEN; BANKS, 2003). Neste contexto, emergem atores sociais que começam a construir circuitos de produção-distribuição-consumo diferenciados em relação aos dominantes, por exemplo, os mercados locais e regionais de alimentos biológicos ou agroecológicos, evidenciando a preocupação com a sustentabilidade das práticas ambientais. Paralelamente, cresce a importância dos processos de valorização de alimentos tradicionais e artesanais ligados a crescente necessidade de agregação de valor aos produtos derivados da agricultura familiar, uma vez que, no âmbito da produção, estabelecem-se estratégias para contrapor a lógica de circulação por cadeias longas de distribuição.

#### **4. O QUE SÃO AS CADEIAS CURTAS E REDES AGROALIMENTARES ALTERNATIVAS?**

As iniciativas de construção de cadeias curtas e redes dentro do sistema agroalimentar buscam trazer alternativas a essas características elencadas acima, em termos de produção, circulação e consumo dos alimentos. Estes mercados de proximidade social como são chamados em parte da literatura sobre o tema, surgem a partir de diferentes elementos empíricos: (a) Como uma alternativa a noção de cadeias longas de suprimentos alimentares e às grandes empresas agroalimentares; (b) Após os escândalos alimentares os consumidores começaram a buscar alimentos com outros valores sociais e tipos de qualificações; (c) Necessidade de aumento do grau de sustentabilidade ambiental que envolve a produção, distribuição e logística dos mercados alimentares; (d) Atualmente existe uma “demanda híbrida do consumo”, que busca diferenciais oferecidos pelos alimentos; (e) Para diminuir custos econômicos e ambientais da logística dos alimentos a longas distâncias (MARSDEN, BANKS; BRISTOW, 2000; PRETTY et al, 2005; PLOEG, 2008).

As cadeias curtas visam principalmente, embora não seja restrito a estes aspectos as suas contribuições ao desenvolvimento rural e alimentar das sociedades: (a) Recapturar o valor adicionado das cadeias produtivas pelo encurtamento dos elos das mesmas; (b) Diminuir exigências (sanitárias, burocráticas, taxas) e custos associados aos mercados longínquos; (c) Criação de novas ligações entre os consumidores e agricultores, segundo novos valores de qualidade; (d) Possuem vantagens comparativas e econômicas para os agricultores e os consumidores; (e) Na Europa, representam quase 1/3 dos sistemas alimentares, pois as cadeias curtas são 20% dos mercados; somados a isso, os produtos com qualidades diferenciadas são 12% e os orgânicos 1,5% (RENTING; MARSDEN; BANKS, 2003).

As cadeias agroalimentares curtas de abastecimento podem ser entendidas como expressão da vontade dos atores envolvidos em uma cadeia de valor em construir novas formas de interação entre produção e consumo mediante o resgate da procedência e da identidade dos produtos, assentada não apenas em critérios de preço, mas também em valores sociais, significados simbólicos, culturais, éticos e ambientais. Neste sentido, a definição de cadeias curtas resgata uma dimensão central das economias de proximidade e de escopo que refere ao papel da geografia e da interação entre espaço e atividade

econômica. Ilbery et al (2005) foram pioneiros ao sugerir que a interação entre produto, processo e lugar cria uma nova geografia alimentar, que é marcada pelo papel das cadeias curtas em integrar e ligar estes diferentes atores a um determinado espaço e um modo de fazer.

Segundo Giuca (2012), as cadeias curtas implicam na redução ou eliminação dos intermediários nas relações entre produtores e consumidores, assim como na diminuição dos locais de passagem interna de uma cadeia de valor, encurtando o itinerário e o percurso de um alimento dentro do sistema agroalimentar. De acordo com Kneafsey et al (2013), as regulações da União Europeia conferem estatuto de cadeia curta quando existe uma relação comercial de troca em que é possível identificar e rastrear a cadeia que um alimento percorre do agricultor até o consumidor envolvendo um número mínimo ou idealmente nenhum intermediário. A questão sobre o número de intermediários necessários entre o produtor e cidadão consumidor é controversa e pode variar segundo diferentes produtos e locais/países<sup>5</sup>.

Em relatório recente, a União Europeia estabeleceu uma definição operacional que prevê os seguintes objetivos para o encurtamento das cadeias alimentares: (a) o cidadão que consome o alimento saiba exatamente de onde estes provêm, como ele foi produzido e, idealmente, o preço pago ao produtor. O produtor ou o intermediário devem compartilhar informações sobre as técnicas de produção e deve ser facilmente contatado pelo cidadão para obter informações, tornando a cadeia alimentar transparente; (b) a cadeia alimentar deve estar estruturada de forma que garanta que o produtor retenha uma parcela maior do valor do alimento que é vendido e; (c) os intermediários devem se tornar parceiros na cadeia alimentar e comprometidos em compartilhar informação sobre as origens dos alimentos (EPI-AGRI, 2015).

Segundo Rossi e Guidi (2008) o termo cadeia curta também pode ter outras denominações na literatura, tais como circuitos breves de produção-consumo, redes (ou sistemas) agroalimentares alternativos, cadeia alimentar sustentável ou mesmo circulação curta. Seja qual for a denominação, a maioria das iniciativas visam criar alternativas à lógica e às modalidades organizativas do sistema agroalimentar dominante, buscando o encurtamento das distâncias (físicas, sociais, culturais, econômicas) entre o 'mundo' da produção e do consumo. Neste caso, a cadeia curta coincide com a venda direta, em que consumidores e outros tipos de interlocutores são os agentes com os quais os produtores interagem sem intermediários.

Alguns autores destacam que o crescimento das redes agroalimentares alternativas a partir de meados da década de 1990 está relacionado aos problemas e críticas crescentes ao sistema agroalimentar convencional, especialmente à sua insustentabilidade ambiental e ao desenraizamento (SAGE, 2013). Como reação, cresce o interesse pela (re)localização alimentar, assumindo grande importância a questão da procedência e do local de origem da produção. Outras características deste processo de localização dos alimentos referem-se ao resgate de elementos da cultura, tradições e dos aspectos simbólicos e gastronômicos envolvidos na

---

<sup>5</sup> Como exemplos: no caso da França distingue-se a noção de cadeia curta da venda direta, sendo que a primeira é a que possui até um intermediário entre o agricultor e o consumidor final; já na segunda noção as transações devem ser diretas entre estes dois atores sociais como o termo mesmo remete. Na Itália a legislação menciona alimentos de "km zero" para as cadeias curtas, sendo esta espacialização definida pela legislação de forma normativa de 70 km no entorno da zona de produção.



produção e consumo de alimentos. Esse movimento foi analisado e interpretado pela noção de imersão (*embeddedness*) dos alimentos em práticas sociais. Em face disso, emerge uma discussão sobre os processos de revalorização ou de reconexão dos alimentos, quer seja aos espaços de produção ou as tradições e ao modo de vida dos produtores (GOODMANN, 2003; FONTE; PAPADAPADOPOULOS, 2010).

As cadeias curtas alimentares também são importantes à segurança alimentar e nutricional (SAN) das populações por preencherem vários princípios da mesma (MALUF, 2004). As características destes mercados é circular em alimentos locais/regionais que estão de acordo com os hábitos de consumo da população. Outro aspecto importante é a possibilidade de aprovisionar-se de diversidade agroalimentar, já que estes mercados oferecem uma ampla gama de alimentos de agricultores familiares. A grande maioria dos alimentos não possuem contaminações químicas e físicas, por serem orgânicos ou agroecológicos, possuindo diferenciais qualitativos e de sustentabilidade. A população possui acesso permanente e facilitado aos alimentos locais por diversos canais, não sendo difícil abastecer-se rotineiramente, por exemplo, nas feiras. Os alimentos também são, grosso modo, economicamente menos onerosos aos consumidores, quando comparados aos preços da distribuição convencional, por exemplo, os supermercados (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017).

Já as redes agroalimentares alternativas (RAAs) refere-se, exatamente, à sua condição de alternativa ao modelo dominante. Neste sentido, três aspectos são importantes. Primeiro, as RAAs se distinguem do sistema convencional, pois estão enraizadas em territórios específicos, tradições de produção e culturas alimentares. Ao contrário do anonimato dos produtos das cadeias longas, os produtos das redes alternativas chegam aos consumidores com as informações necessárias para reconectar os produtos aos seus lugares de origem, com as suas técnicas de produção, tradições alimentares e a preservação das características organolépticas. Enquanto as cadeias longas produzem “*food from nowhere*” (McMICHEL, 2009) as redes agroalimentares produzem “*food from somewhere*” (CAMPBELL, 2009).

Em segundo lugar, as RAAs buscam promover a inclusão socioeconômica de grupos de produtores e consumidores marginalizados pelo sistema agroalimentar dominante. Há um foco explícito no apoio aos pequenos agricultores familiares aos quais se busca oferecer oportunidades econômicas assim como na promoção de espaços e ocasiões para que os consumidores possam se manifestar em relação a suas preferências alimentares e ter acesso a produtos saudáveis, com qualidade e a preços justos. Finalmente, as RAAs procuram ser ambientalmente amigáveis, promovendo e apoiando a produção natural e ecológica, bem como dando suporte à redução das pegadas ecológicas e às “milhas alimentares” (TREGGAR, 2011).

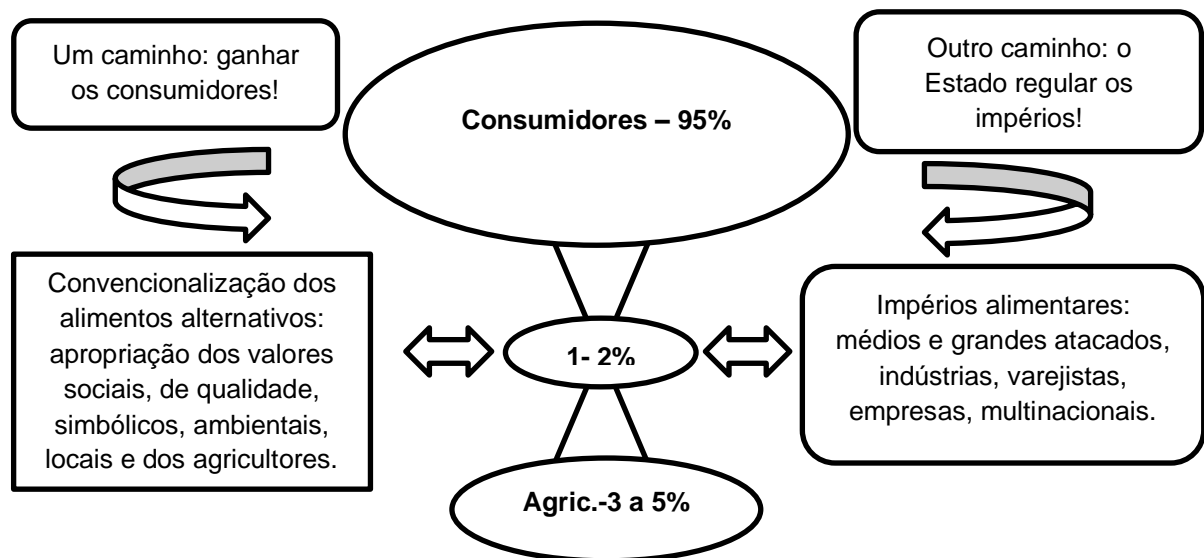
## 5. DESAFIOS À CONSTRUÇÃO DE CADEIAS CURTAS: PAPÉIS DO ESTADO E DOS ATORES

Esta seção objetiva discutir alguns desafios dos atores sociais e do Estado para a construção de cadeias curtas no Brasil. A primeira questão importante é em relação aos consumidores, pois a maioria dos mesmos não são considerados reflexivos em relação as suas escolhas alimentares, adquirindo os alimentos nas grades redes de varejo e de abastecimento (GIDDENS; BECK; SCOTT, 1997).

Neste caso, necessita-se de ações de outros grupos de consumidores, de agricultores organizados ou do próprio Estado para que percebam as diferenças dos alimentos que circulam pelas cadeias curtas em relação aos da distribuição industrial. Neste sentido, ações de educação alimentar seriam importantes, eventos sobre consumo sustentável e saudável, usar a influência de grupos de consumidores já organizados coletivamente, como no caso dos Grupos de Aquisições Solidárias (GAS) na Europa (BRUNORI; ROSSI; MALANDRIN, 2011). No caso do Estado, se poderia pensar ações de educação alimentar nas escolas, a exemplo do que já acontece no caso da educação ambiental, que se tornou disciplina obrigatória nos currículos.

Estudos estimam que os consumidores são em torno de 95% da população mundial de habitantes do planeta; 3 a 5% seriam agricultores e 1 a 2% os chamados impérios alimentares (indústrias, atacados, grupos econômicos, varejos) (LANG; HESMANN, 2004; McMICHAEL, 2009) conforme ilustra a Figura 1. Estes dados são aproximados e variam espacialmente no mundo, dependendo das regiões<sup>6</sup>. Como formulou Ploeg (2008), os impérios possuem poder econômico, influências políticas e estratégias de *marketing* que deixam os consumidores perdidos na hora de adquirir alimentos, pois não sabem o que escolher, devido à ‘guerra’ diária de informações diferentes nas mídias. No lado dos agricultores, os impérios os exploram, pagando preços baixos por suas matérias primas, que depois de processadas, são revendidas a altos preços para os consumidores. Assim, os impérios ficam com a maior parcela dos valores agregados nos mercados alimentares.

Figura 1: Atores sociais e processos regulatórios do sistema agroalimentar



Fonte: Construído a partir de LANG; HESMANN (2004); PLOEG (2008); McMICHAEL (2009); SPAARGAREN; OOSTERVEER (2010).

Então, a grande questão que emerge disso é como limitar ou superar os poderes dos impérios alimentares? A resposta que a literatura internacional tem

<sup>6</sup> No caso do Brasil, os dados do Censo Agropecuário 2006 evidenciam que os agricultores possuem números bem maiores do que nos países e regiões desenvolvidas, por exemplo, EUA e Europa, sendo em torno de 15,6% da população que reside nos espaços rurais (IBGE, 2012).

dado evidencia dois caminhos, expostos na Figura 1. Por um lado, os consumidores têm que se tornarem reflexivos e saber as vantagens dos alimentos que circulam pelas cadeias curtas, para neles poderem gastar seus recursos econômicos e abastecerem-se rotineiramente. Ganhar os consumidores para o lado dos mercados de proximidade é uma das formas de disputar os mercados com os impérios alimentares. Esta é uma opção viável, pois consumidores e agricultores não possuem o mesmo poder que os impérios, por exemplo, em mesmas condições econômicas para disputar mercados. Entretanto, agricultores e consumidores podem conjuntamente construir e planejar mercados diferentes dos oligopolizados (LANG; HEASMAN, 2009; SPAARGAREN; OOSTERVEER, 2010; BRUNORI; ROSSI; GUIDI, 2012).

A outra opção é a de que o Estado nacional regular os poderes corporativos, a partir de normativas institucionais que freassem as frentes de expansão e estratégias de acumulação financeira dos grandes capitais internacionais na área (agro)alimentar. Contudo, essa opção parece menos viável, em um contexto pós-fordista de acumulação flexível, liberalização do comércio internacional, perda de poder do Estado nação e crescente influência política e econômica das corporações dentro dos Governos e suas agências de regulação, especialmente as alimentares (HARVEY, 2006; GIDDENS; BECK; SCOTT, 1997; PLOEG, 2008; McMICHEL, 2009). Se os Estados nacionais regulassem o avanço dos impérios, talvez, houvesse maiores espaços sociais para o *scale up* das iniciativas de cadeias curtas e redes alternativas.

Outra frente importante de ação para consolidação das cadeias curtas seria o Estado desenvolvesse ações efetivas em prol da promoção destes mercados. Em primeiro lugar, seria necessário o tema entrar na agenda institucional, a partir de uma lei ou plano e fossem alocados recursos para várias finalidades e atividades de construção social destes mercados<sup>7</sup>. Neste caso, poderiam ser fomentadas atividades de promoção de cadeias curtas, financiamento de eventos em que ocorre a comercialização dos alimentos, mudanças em legislações/regulações alimentares, tornando-as mais 'abertas' as diferentes qualificações alimentares, criação de rubricas específicas de recursos por cadeia ou rede comercial, por exemplo, orgânicos, artesanais, da agroindústria familiar, entre outros.

Além disso, poder-se-ia desenvolver ações de educação alimentar de consumidores, confecção e distribuição de material informativo em vários tipos de mídias, programas de compras institucionais para alimentação escolar ou os chamados programas 'mesa saudável' como existe em alguns países europeus. Enfim, o Estado poderia internalizar em sua agenda o tema e fortalecer estes circuitos de produção-consumo, como ocorre, por exemplo, pelos Planos Nacionais, Regionais e Locais de Desenvolvimento Rural ligados a Política Agrícola Comum (PAC), em que muitas atividades produtivas e comerciais, recebem recursos não reembolsáveis para serem aplicados em mercados de proximidade social (ROUX, 2011).

No caso brasileiro outra frente importante de intervenção do Estado é na construção de um arcabouço normativo voltado a possibilitar a comercialização dos alimentos por estes mercados. A principal mudança seria em relação à criação

---

<sup>7</sup> As formas clássicas disto ocorrer é o Estado tomando conhecimento da importância deste tema para a sociedade e a agenda de desenvolvimento ou, os atores sociais ligados a este assunto exercerem pressão social sob o Estado para que o mesmo internalize a temática e proponha políticas públicas.

de novas regras de formalização (especialmente sanitárias, mas também jurídicas e fiscais) em relação aos padrões higiênico-industriais que existem hoje do ‘mundo’ industrial (WILKINSON, 2008). Esta nova arquitetura de regras alimentares, deveria possuir uma definição de qualidade alimentar mais alargada que abarcasse os vários significados de qualificação alimentar existentes entre os atores sociais (NIEDERLE, 2013). Além disso, que propiciasse a logística dos alimentos em toda a cadeia produtiva ou rede de comercialização de forma a diminuir custos, taxas, burocracias e, assegurando, obviamente, a segurança alimentar e nutricional dos consumidores dos produtos, que não pode deixar de ser exigida dos sistemas alimentares.

Talvez o ponto de partida, poderia ser o estudo dos regramentos europeus, que são mais ‘abertos’ e inclusivos em termos de outros valores sociais e qualitativos em torno dos alimentos. O caso de “reformas” na legislação existente não parece adequado, pois como exemplo recente tem-se a criação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA), em 2006, que passados trze anos, não mudou estruturalmente os entraves à comercialização dos alimentos pela agricultura familiar (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017). Ou mesmo a nova Lei 13.680 (BRASIL, 2018) promulgada, que afirma a possibilidade do comércio interestadual dos alimentos artesanais, mas cobra a formalização dos empreendimentos da agricultura familiar à legislação vigente, o que na prática não muda a situação dos mesmos, já que deverão legalizar-se no Sistema de Inspeção Estadual (SIE), geralmente, mais complexos e onerosos do que os Sistemas de Inspeção Municipais (SIM).

Ainda no âmbito do que caberia ao Estado parece fundamental que o mesmo além de mexer nas regulações dos alimentos seja proativo no apoio as iniciativas que funcionam como cadeias curtas. Neste caso, o Estado poderia atuar em várias frentes fortalecendo estes circuitos curtos, desde remodelando o fornecimento do crédito rural (por exemplo, PRONAF), que atualmente é voltado a sua grande massa de recursos à produção de *commodities*. Caberia investir na produção limpa de alimentos e sustentabilidade ambiental no âmbito da agricultura familiar, na qual atividades como produção integrada, artesanal, orgânicos e agroecologia seriam centrais. Entretanto, essa dinâmica do financiamento da produção orgânica e agroecológica dentro do PRONAF é minoritária e periférica. Estudos evidenciam que os recursos não atingem o percentual de 0,5% do total do programa, quando são somadas as modalidades “verdes” do mesmo (AQUINO; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017).

No atual cenário institucional, parece que as ações do Estado caminham em sentido contrário a alimentação sustentável e saudável, especialmente quando se analisa a tentativa de aprovação no Congresso Nacional do Projeto de Lei 6.299/2002 sob o argumento da necessidade de ‘modernização’ da legislação dos agrotóxicos. O referido PL deixa mais suave a aprovação e liberação para uso na produção de alimentos e na agricultura, especialmente seu registro que fica restrito a fiscalização somente do MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), retirando as atribuições anteriores do IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária). Esta nova legislação, se colocada em vigor, pode aumentar o uso indiscriminado de agrotóxicos, gerar crescimento dos mercados destes produtos no país (que já é o maior do mundo) e ter-se-á maior contaminação dos alimentos devido à liberação

mais fácil de substâncias que antes ficavam sem registro e não podiam ser comercializadas, pois erram reguladas também pela ANVISA e/ou IBAMA.

Além disso, no sentido de ações proativas do Estado, o mesmo poderia financiar estruturas alternativas de comercialização para os agricultores como a construção de portais na internet, quiosques em locais estratégicos de circulação intensa de pessoas e consumidores, estruturas para realização de feiras (boxes, bancadas, cobertura), apoio na formalização de pontos de comercialização artesanal de alimentos, ajudar a montar lojas dos próprios agricultores e cooperativas como já existe na Europa, regionalizar e democratizar pontos de abastecimento alimentar públicos como as Centrais de Abastecimento (CEASAS), entre outros.

Também é necessário integrar estas atividades produtivas e comerciais diferentes com políticas públicas já existentes, principalmente as de assistência técnica e extensão rural (ATER) e os programas de compras institucionais (Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE), pois atualmente estas políticas não possuem complementaridade. O crédito e a ATER atendem quase que exclusivamente as necessidades de produção de *commodities* (quando chegam aos agricultores, pois os dados do Censo Agropecuário de 2006 evidenciam que quase 70% dos agricultores brasileiros não recebem ATER pública) e os programas institucionais adquirem alimentos diversificados (e até sustentáveis), mas que sua produção não é potencializada pelas políticas de crédito e ATER, existindo uma enorme contradição entre estas políticas que são voltadas ao mesmo público – os agricultores familiares (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2013).

Obviamente, no caso da ATER e especialmente do PAA, há necessidade de reestruturação das políticas e aumento dos investimentos públicos nas mesmas. A ATER a partir da metodologia “por projetos” a serem aprovados pelos prestadores de serviços públicos e privados a cada dois anos sofre de altos e baixos para o público que recebe assistência técnica, além de restrições orçamentárias enormes em sua operacionalização e efetividade das ações (NUNES; GRIGOLO, 2013)<sup>8</sup>. No caso do PAA, o programa atingiu o teto máximo de 4,2% dos agricultores familiares brasileiros que é um percentual muito baixo, além de ter sido desestruturado, primeiro, pela operação “Agro Fantasma” em 2012-13 e, atualmente, pela crise política e institucional do Estado, que está alocando, em 2017/18, no programa os mesmos recursos do primeiro ano de existência do mesmo em 2003, algo em torno de 150 milhões de reais apenas. Além disso, o PAA consegue adquirir poucos alimentos sustentáveis dos agricultores, estudos têm evidenciado um percentual que não ultrapassa a média de 2,0% do total dos recursos aplicados nas compras públicas sustentáveis, que engloba a produção orgânica e agroecológica (SAMBUICHI et al, 2014).

Em relação ao abastecimento nacional também seria importante à construção de cadeias curtas, partir da ação dos atores sociais e do Estado, no sentido de desenhar circuitos descentralizados de abastecimento alimentar nas regiões, dotando-as de maior autonomia alimentar. Isso é fundamental em contextos de crises de abastecimento, como o ocorrido em maio de 2018, em função da greve dos caminhoneiros. Circuitos locais e regionais de produção-consumo conseguiriam abastecer os consumidores destes espaços sem falta de

---

<sup>8</sup> Soma-se a esse argumento que a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão rural (ANATER) criada no primeiro Governo Dilma Rousseff não possui até o momento ações efetivas e a própria nova agência está paralisada no âmbito do Governo Federal.

alimentos, mantendo os preços praticados, sem depender de alimentos alienígenas aos locais e com menos dependência ao uso dos combustíveis fósseis e do modal rodoviário que atualmente é responsável por mais de 70% dos transportes logísticos do país (RECINE, 2018).

Além de pensar a ação do Estado, deve-se refletir a ação dos demais atores sociais na construção autônoma destes mercados alternativos. Neste sentido, caberia aos atores envolvidos nas experiências uma gama de questões a serem potencializadas. Primeiro estaria à criação de capital social entre agricultores e consumidores, pois as várias experiências de cadeias curtas internacionais evidenciam que são os valores sociais compartilhados e coconstruídos entre os atores que dão a base de funcionamento destes mercados. Neste sentido, a grande parte das iniciativas possui processos sociais de cooperação e governança em que os atores codividem valores cívicos como consumo crítico, sustentabilidade, solidariedade, confiança, definições sobre qualidade alimentar, interconhecimentos mútuos, justiça social, bem-estar animal, entre outros (BRUNORI; ROSSI; MALANDRIN, 2011).

Os atores também devem se organizam nas cadeias curtas para manter a máxima autonomia possível sobre os processos comerciais. Neste sentido, é importante construir canais e mercados que estejam “nas mãos dos próprios atores sociais” sejam eles agricultores, consumidores ou ambos conjuntamente. As iniciativas de sucesso geralmente reproduzem-se com arquitetura comercial própria, geralmente organizando-se como grupos informais, cooperativas de consumo ou comercialização, lojas próprias dos agricultores nos centros urbanos, feiras com diferentes formatos e hibridismos, vendas no trabalho ou entregas em casa, vendas a restaurantes e negócios especializados, grupos de consumo, *e-commerce* ou através de sites das próprias propriedades rurais, Comunidades de Suporte a Agricultura (CSAs), “colha e pague”, *marketing* direto, conexões alimentares utilizando-se de *chefs* e *gourmets*, entre outras estratégias próprias e autônomas de construção social dos mercados (PLOEG, 2008; MARQUES; CONTERATO; SCHNEIDER, 2016).

Além destes formatos comerciais, no caso do Brasil, cabe as experiências (re)trabalharem os tipos de alimentos e receitas gastronômicas com maior inovação social e ambiental para obter-se das mesmas matérias primas, alimentos mais diversificados e com qualificações alimentares específicas (NIEDERLE, 2013). Parece fundamental que os agricultores se utilizem de sua criatividade, cursos de formação (quando necessários) ou resgatem suas receitas culinárias do passado para que possam desenvolver alimentos diferenciados a partir do rol de matérias primas que possuem em suas unidades. Assim, fazem os recursos locais funcionar segundo o princípio da economia de escopo, gerando maior valor agregado aos alimentos, elevando a aceitação/penetração nos mercados e o potencial de convencimento dos consumidores sobre as vantagens destes alimentos (MARSDEN; BANKS; BRISTOW, 2000). Neste sentido, o exemplo do leite de ovelhas na Região da Toscana italiana é ilustrativo da diversidade de queijos que se pode fabricar a partir de uma mesma matéria prima - são mais de 300 tipos que podem ser encontrados, em distintos canais curtos de venda, muitos, inclusive com Indicações Geográficas (IGs), Denominações de Origem (DO) e Denominações de Origem Protegida (DOP), orgânicos, etc.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cadeias curtas e redes agroalimentares tornam-se alternativas dentro do ‘moderno’ sistema alimentar por (re)aproximar os agricultores dos consumidores, que as cadeias longas e os intermediários historicamente distanciaram. Além disso, ao propiciarem a busca pela origem dos alimentos junto aos sistemas agroalimentares, as cadeias curtas ganhem espaços sociais junto aos consumidores, de forma a legitimarem-se por disporem as informações de forma objetiva ao longo da cadeia e/ou rede alimentar. Além disso, viabilizam economicamente a agricultura familiar praticada em pequena escala e até marginalizada, que auferir maiores níveis de valor agregado com a venda da produção. Também, propiciam a circulação de alimentos mais saudáveis aos consumidores e sustentáveis ambientalmente, pois grande parte das iniciativas funcionam com base em alimentos orgânicos, de agricultura menos intensiva (integrada), artesanais, com indicações geográficas, agroecológicos, procedência de origem, da agricultura social, entre outros tipos.

Entretanto, a contribuição mais importante que o trabalho explora são os papéis dos atores sociais e do Estado brasileiro para apoiar a construção social dos mercados de cadeias curtas no país. Do lado do Estado, a principal ação é incorporar em sua agenda a discussão das cadeias curtas, atualmente inexistente. É claro, que isso não acontece de forma ‘natural’, pois os ‘atores alternativos’ teriam que realizar pressões sobre o mesmo – este é um dos caminhos pelos quais um tema passa a fazer-se presente na agenda pública. Dentro disso, as principais ações propostas versam sobre rever a legislações alimentares aos agricultores familiares e suas diversas iniciativas econômicas; regulação nacional do Estado, no sentido de coibir o avanço dos impérios alimentares; criação de políticas públicas de apoio à produção e comercialização pelas cadeias curtas; ações de descentralização do abastecimento alimentar (por exemplo, das CEASAS) e integração e melhorias nas políticas de crédito, ATER e compras institucionais já existentes para a agricultura familiar.

Cabe ressaltar que os atores sociais participantes destes mercados, agricultores e consumidores principalmente, embora não esteja limitado a estes dois, também possuem papéis fundamentais a cumprir para a construção social destes. Dentre os principais estão à atuação frente a consumidores irreflexivos nos sistemas agroalimentares de forma a conquistá-los para as iniciativas de cadeias curtas; aumento da produção e circulação de alimentos mais sustentáveis pelos agricultores familiares; fortalecimentos das cadeias curtas e redes alternativas a partir da geração de boas práticas de governança e criação de capital social nas experiências; manter e/ou construir autonomia gerencial e comercial sob estes mercados; fazer uso das inovações sociais e da criatividade na produção e processamento dos alimentos da agricultura familiar, de forma a diversificar a oferta de alimentos, agregar maiores valores e conquistar novos consumidores a partir de novos sabores locais e regionais.

## REFERÊNCIAS

AQUINO, Joacir Rufino; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. O financiamento público da produção agroecológica e orgânica no Brasil: inovação institucional, obstáculos e desafios. In: SAMBUICHI, Regina Helena Rosa et al (Orgs.). A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável. Brasília: IPEA, 463p., 2017.

BRASIL. Lei n. 13.680, de 14 de junho de 2018. Altera a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950 e dá outras providências. Brasília, 2018.

\_\_\_\_\_. Projeto de lei nº 6.299, de 2002. Altera os arts 3º e 9º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989 e dá outras providências. Brasília, 2018.

BRUNORI, Gianluca; ROSSI, Adanella; MALANDRIN, Vanessa. Co-producing Transition: Innovation Processes in Farms Adhering to Solidarity-based Purchase Groups (GAS) in Tuscany, Italy. *International Journal of Sociology of Agriculture and Food*. 18, p. 28-53, 2011.

BRUNORI, Gianluca; ROSSI, Adanella; GUIDI, Francesca. On the new social relations around and beyond food: analysing consumers' role and action in Gruppi di Acquisto Solidale (Solidarity Purchasing Groups). *Sociologia Ruralis*. Vol 52, N. 1, 2012.

CAMPBELL, Hugh. Breaking new ground in food regime theory: Corporate environmentalism, ecological feedbacks and the 'food from somewhere' regime? *Agriculture and Human Values*. 26, p. 309-319, 2009.

EIP-AGRI. Focus Group Innovative Short Food Supply Chain Management. The European Innovation Partnership 'Agricultural Productivity and Sustainability'. Brussels, 2015.

FONTE, Maria; PAPADAPADOPOULOS, Apostolos (Eds.). Naming Food after Places: Food Relocalisation and Knowledge Dynamics in Rural Development. ASHGATE, 2010.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. Qual "fortalecimento" da agricultura familiar? Uma análise do Pronaf Crédito de Custeio e Investimento no Rio Grande do Sul. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. Vol. 51, Nº 1, p. 047-070, 2013.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar. Porto Alegre: UFRGS, 2017, 520p.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio; BRUNORI, Gianluca. Agroindústrias familiares: um estudo comparativo entre regiões do Brasil e da Itália. *Organizações Rurais & Agroindustriais*. Lavras, v. 20, n. 1, p. 30-48, 2018.



GIDDENS, Anthony.; ULRICH, Beck; SCOTT, Lasch. (Orgs.). Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: UNESP. 1997.

GOODMANN, David. The quality 'turn' and alternative food practices: reflections and agenda. *Journal of Rural Studies*. 19, (2003), pp. 1-7.

HARVEY, David. A condição pós moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Rio de Janeiro: LOYOLA. 15<sup>a</sup> Ed., 2006. 349 p.

KNEAFSEY, Moya et al. Short Food Supply Chains and Local Food Systems in the EU: a State of Play of Their Socio-economic Characteristics. European Commission Joint Research Centre Scientific and Policy Reports. 2013.

KNOWLES, Tim; MOODY, Richard; McEACHERN, Morven. European food scares and their impact on EU food policy. *British Food Journal*. v. 109, n. 1, p. 43-67, 2007.

GIUCA, Sabrina. Conoscere la filiera corta. In: GIARÉ, Francesca; GIUCA, Sabrina. (Orgs.). *Agricoltori e filiera corta: profili giuridici e dinamiche socio-economiche*. INEA, 2012, p.11-30.

ILBERY, Brian et al. Product, process and place: an examination of food marketing and labelling schemes in Europe and North America. *European Urban and Regional Studies*. 12 (2), p. 116-132, 2005.

LANG, Tim; HEASMAN, Michael. Food wars: the global battle for mouths, minds and markets. London: EARTHSCAN. 2009.

MALUF, RENATO SERGIO. Segurança alimentar e nutricional. Petrópolis: VOZES. 2007, 174p.

MARQUES, Flávia Charão et al. (ORGs.). Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2016, 416p. (Série Estudos Rurais).

MARSDEN, Terry; BANKS, Jo; BRISTOW, Gillian. Food Supply Chain Approaches: exploring their role in rural development. *Sociologia Ruralis*. Vol. 40, N. 4, 2000, 424-438p.

MARSDEN, Terry. Mobilities, Vulnerabilities and Sustainabilities: Exploring Pathways from Denial to Sustainable Rural Development. *Sociologia Ruralis*. v. 49, n. 2, 2009.

MCMICHAEL, Philip. A food regime genealogy. *Journal of Peasant Studies*. p.139-169, 2009.

RENTING, Henry; MARSDEN, Terry; BANKS, Jo. Understanding alternative food networks: exploring the role of short food supply chains in rural development. *Environment and Planning*. 2003, volume 35, pages 393-411.

- NIEDERLE, Paulo André. Indicações geográficas: qualidade e origem nos mercados alimentares. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2013, 296p. (Série Estudos Rurais).
- NUNES, Sidemar Presotto; GRIGOLO, César Serinei. (Orgs.) Assistência técnica e extensão rural no sul do Brasil: práticas, avanços e limites metodológicos. Ijuí: UNIJUI, 2013, 200p.
- RECINE, Elisabetta. Por que uma crise de desabastecimento em tão poucos dias? Le Monde Diplomatique Brasil. Disponível em: < <https://diplomatie.org.br/por-que-uma-crise-de-abastecimento-em-tao-poucos-dias/> >. Acesso em: mai. 2018.
- PLOEG, Jan Douwe Van Der. Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: UFRGS, 2008, 372p.
- PRETTY, Jules et al. Farm costs and food miles: an assessment of the full cost of the UK weekly food basket. Food Policy. 30 (2005), p. 1–19.
- PORTILHO, Fátima; CASTAÑEDA, Marcelo; RIBEIRO DE CASTRO, Inês Rugani. A alimentação no contexto contemporâneo: consumo, ação política e sustentabilidade. Ciência e Saúde Coletiva. v. 16, n. 1, enero, 2011, pp. 99-106.
- TRICHES, Rozane Marcia; SCHNEIDER, Sergio. Alimentação Escolar e Agricultura Familiar: reconectando o consumo à produção. Saúde e Sociedade. v. 19, n 4, 2010.
- ROSSI, Adanella; GUIDI, Francesca. Le origine della filiera corta e le esperienze in atto. In: ARSIA (Org.). Guida per l'attivazione di forme collettive di vendita diretta: esperienze, approcci e strumenti. Firenze: Manuale, 2008, p. 13-30.
- ROUX, Bernard. As transformações da Política Agrícola Comum: o desenvolvimento sustentável levado em conta? In: BONNAL, Philip.; LEITE, Sergio Pereira. Análise comparada de políticas agrícolas: uma agenda em transformação. Rio de Janeiro: MAUAD. 2011, 392 p., pp. 253-278.
- SAGE, Colin. The interconnected challenges for food security from a food regimes perspective: energy, climate and malconsumption. Journal of Rural Studies. p. 71-80, 2013.
- SAMBUICHI, Regina Helena Rosa et al. Compras públicas sustentáveis e agricultura familiar: a experiência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). In: SAMBUICHI, Regina Helena Rosa et al (Orgs.). Políticas agroambientais e sustentabilidade: desafios, oportunidades e lições aprendidas. Brasília: IPEA. 2014, 273p., 75-104 pp.
- SPAARGAREN, Gerter; OOSTERVEER, Peter. Citizen-Consumers as agents of change in globalizing modernity: the case of sustainable consumption. Sustainability. N. 2, 2010.

TREGGAR, Angela. Progressing knowledge in alternative and local food networks: critical reflections and a research agenda. *Journal of Rural Studies*. 27, p. 419-430, 2011.

WILKINSON, John. Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar. Porto Alegre: UFRGS. 2008, 213p. (Série Estudos Rurais).

WISKERKE, Han; PLOEG, Jan Douwe Van Der. Seeds of Transition: essays on novelty production, niches and regimes in agriculture. Wageningen: ROYAL VAN GORCUM, 2004.

**Sobre a Autor:**

Marcio Gazzola

Doutor em Desenvolvimento Rural e Professor da UTFPR. Programa de Pós-graduação em desenvolvimento Regional (PPGDR). E-mail: [marciogazzola@gmail.com](mailto:marciogazzola@gmail.com)